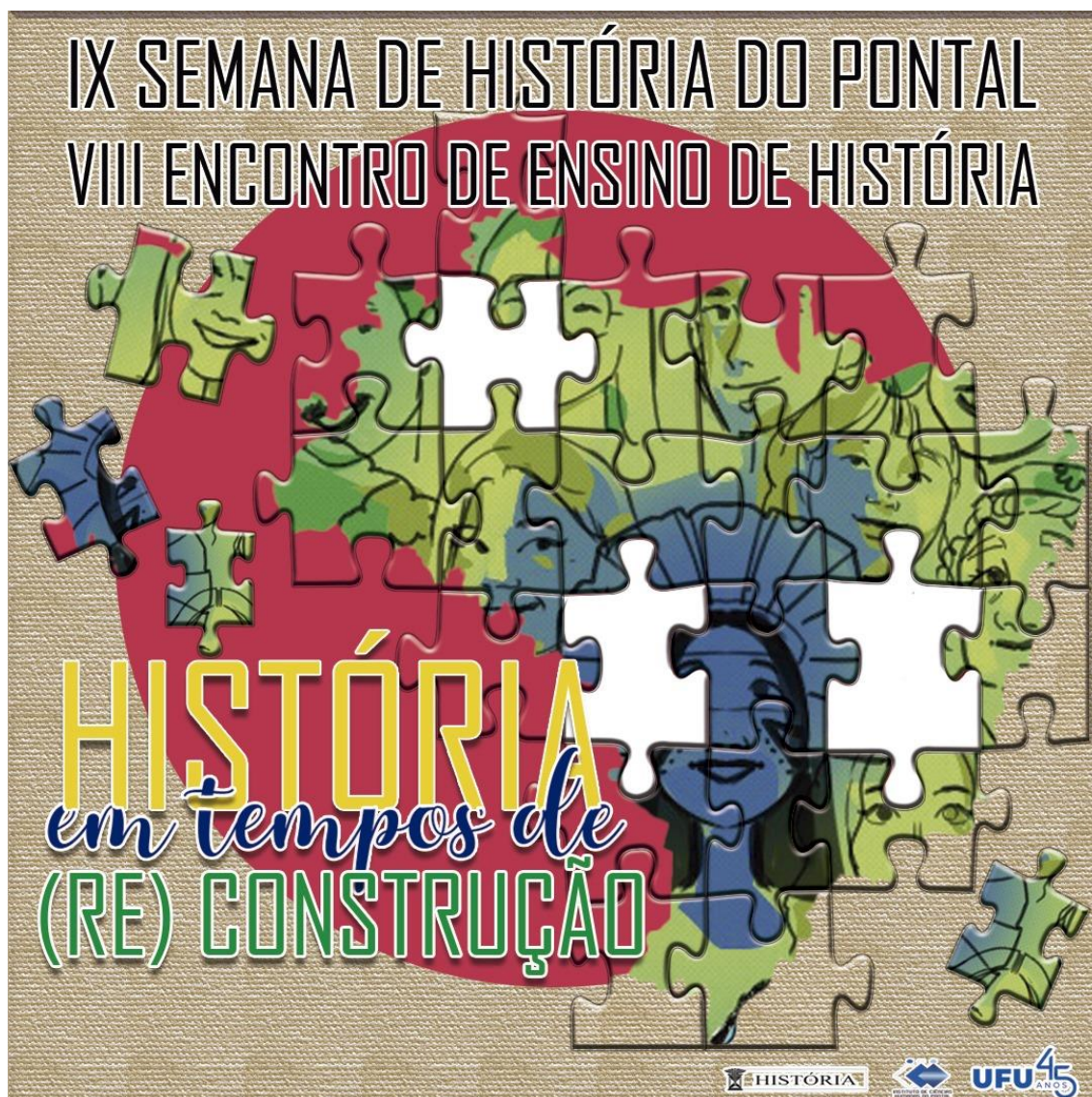


## CADERNO DE PROGRAMAÇÃO ST 1



**ST 1 - Sociedades escravistas e dinâmicas de poder no Brasil Setecentista e Oitocentista: novos olhares sobre aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e identitários de nossa formação**

### **COORDENAÇÃO:**

Vanda Lúcia Praxedes (Universidade do Estado de Minas Gerais)

Bruno Martins de Castro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



### PROGRAMAÇÃO

LINK DE ACESSO A SALA DO ST: <https://conferenciaweb.rnp.br/ufu/st-1-sociedades-escravistas-e-dinamicas-de-poder-no-brasil-setecentista-e-oitocentista>

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO – 14H00
<p><i>Senhores, escravos e dinâmicas de alforrias: propriedades escravistas, padrão de manumissões e chances da liberdade nas senzalas do termo de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, primeira metade do Oitocentos</i></p> <p>Bruno Martins de Castro Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>
<p><i>As dinâmicas do tráfico interno sob a perspectiva das companhias mercadoras de escravizados: o caso de Juiz de Fora (MG), durante a segunda metade do século XIX</i></p> <p>Dayana de Oliveira da Silva Universidade Federal de Juiz de Fora</p>
<p><i>Em Busca da Liberdade: os anúncios de fuga de trabalhadores escravizados no periódico Gazeta de Uberaba, década de 1880</i></p> <p>Carlos Eduardo Moreira de Araújo Universidade Federal de Uberlândia</p>
<p><i>Jogos de Manutenção do Poder da Elite Abolicionista do Século XIX: Estudo de Caso de Joaquim Nabuco e os abolicionistas do Parlamento</i></p> <p>Letícia de Oliveira Santos Universidade Federal do Amazonas</p>



**QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO – 14H00**

Conflitos e judicialização pela manutenção de liberdades de forros em Minas Gerais – século XIX

Vanda Lucia Praxedes  
Universidade do Estado de Minas Gerais

*Possíveis arranjos sociais e relações de compadrio na Freguesia de Santo Antônio de Uberaba (1840-1888)*

Letícia Silva Betelli  
Carlos Eduardo Moreira de Araújo  
Universidade Federal de Uberlândia

*A Instituição escravista na Corte Imperial: Entre discursos e escritos alencarianos*

Lara de Sousa Lutife  
Universidade Estadual do Ceará

*Entre Glórias e Percalços: Brasil uma Nação*

Rosemary Maria do Amaral  
Universidade Federal de São João Del Rei



**Senhores, escravos e dinâmicas de alforrias: propriedades escravistas, padrão de manumissões e chances da liberdade nas senzalas do termo de São João del-Rei – Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, primeira metade do Oitocentos**

**Bruno Martins de Castro**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** A presente proposta de comunicação tem por intuito analisar e discutir o perfil socioeconômico dos senhores escravistas do termo de São João del-Rei, sede administrativa da comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1860, dando especial destaque ao padrão de posse cativa desses proprietários e às possibilidades da liberdade para seus escravos. Por meio da identificação desses senhores, enquanto manumissores nos livros cartoriais do 1º e 2º ofício de notas, e do cruzamento com seus testamentos e inventários post mortem, buscou-se verificar a modalidade das alforrias mais praticadas e a periodicidade com que esses proprietários alforriavam seus escravos, seja durante a vida, seja como disposição de suas últimas vontades. Ainda que uma conjunção de fatores, por exemplo, de ordem econômica, demográfica, política, familiar e religiosa tenha influenciado na decisão dos proprietários em alforriar seus escravos, por meio do estabelecimento de uma tipologia no padrão de posse (pequenas, médias e grandes escravarias), pudemos identificar, em termos absolutos e proporcionais, em quais senzalas as alforrias sanjoanenses eram mais frequentes. A hipótese levantada para justificar a ocorrência de um maior ou menor número de liberdades nos diferentes tamanhos de posse reside, principalmente, na interpretação das alforrias enquanto um poderoso dispositivo senhorial no governo dos escravos e na natureza relacional cotidiana estabelecida entre estes e seus proprietários.

### **Referências**

CASTRO, Bruno Martins de. Forjando Liberdades na Encruzilhada da Escravidão: as alforrias cartoriais do termo de São João del-Rei (c.1830-c.1860). Curitiba: Editora CRV, 2021.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: EISENBERG, Peter. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.



FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho de posses: possibilidades de liberdade em pequena, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 27, n° 45: p. 211-232, jan./jun. 2011.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforrias no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. 1. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.



**As dinâmicas do tráfico interno sob a perspectiva das companhias mercadoras de escravizados: o caso de Juiz de Fora (MG), durante a segunda metade do século XIX.**

**Dayana de Oliveira da Silva**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Resumo:** O tráfico transatlântico promoveu um dos maiores deslocamentos populacionais da história. Diversas pesquisas apontam a magnitude dessa migração forçada. Estima-se que entre os séculos XVI ao XIX, 12,5 milhões de africanos contrabandeados tenha atravessado o oceano Atlântico em direção às Américas. Destes, 5,5 milhões, aproximadamente 46% do total, tiveram como destino o Brasil. Após o decreto que colocou fim ao contrabando de negros escravizados no Império do Brasil, uma prática pouco difundida ganhou destaque e relevância: o comércio interno, em suas distintas feições (intraprovincial, interprovincial e local). Nessa comunicação, propomos apontar alguns resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é entender o modo de funcionamento e as estratégias usadas pelas companhias mercadoras de escravizados. Nosso recorte espacial corresponde ao município de Juiz de Fora, interior da província de Minas Gerais, local de residência da mais importante firma no período, denominada Justiniano das Chagas & Cia. Tratava-se de uma poderosa empresa que atuou na segunda metade do século XIX na Zona da Mata mineira com conexões importantes com a Corte do Rio de Janeiro. Por meio da análise quantitativa e qualitativa dos Livros de Notas e Escrituras Públicas de Juiz de Fora e seus distritos, durante a metade do século XIX, buscaremos apontar as estratégias adotadas por esses agentes do tráfico para negociar mão de obra escravizada no município juiz-forano e em outras regiões do Império, atentando para as rotas internas usadas no tráfico. Aspectos referentes aos cativos, não serão menosprezados nessa pesquisa.

### Referências

- ANDRADE, Rômulo G. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. Esse velho vento da aventura: memórias. Editora Itatiaia Limitada: Belo Horizonte, 1977.



CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico de Divisão Territorial e Administrativa*. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997.

FLAUSINO, Camila. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana 1850-1886*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. *Revista Afro-Ásia*, Salvador: CEAO/UFBA, nº 27. 2000. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27\\_8\\_tumbeiros.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_8_tumbeiros.pdf). Acesso em: 13 abr. 2019.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928)*. São Paulo: Annablume, 2006.

MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)*. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1998.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista-Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.



**Possíveis arranjos sociais e relações de compadrio na Freguesia de Santo Antônio de Uberaba (1840-1888).**

**Letícia Silva Betelli**

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Como acontece até hoje, o batismo nesse período, promovia a entrada do batizando ao universo dos cristãos, abrindo-lhe possibilidades para poder salvar sua alma e se curar do pecado original, além disso, entra (in)voluntariamente em uma rede de relações sociais. Segundo Luís Farinatti (2014, p. 218), a importância dessas relações, sobressaía na política, onde práticas institucionais do escravismo conviviam com a influência de relações pessoais, econômicas e familiares, assim como do prestígio de lideranças locais. Mesmo que as motivações pelas quais se convidaria alguém a apadrinhar a criança fossem diversas, os critérios de escolha dos padrinhos eram elaborados partindo de uma observação do ambiente social em que os pais estavam inseridos, devido às condições existentes e as perspectivas percebidas. O resultado das escolhas trazia esperanças para os senhores, para os pais e para o futuro dos inocentes, dentro daquele contexto em que havia uma economia de favores e redes de reciprocidade social que envolviam desigualmente as pessoas. Assim, as ligações de compadrio, também entre 1840 e 1888, eram bem profundas por gerarem laços de parentesco para toda a vida (na relação compadre-compadre, e padrinho-afilhado), de modo que, podemos argumentar que o compadrio era um ponto relativamente importante para a estruturação das redes de sociabilidades que coordenavam a vida naquela época. Utilizando o Catálogo Documental Para o Estudo da Escravidão em Uberaba, recolhemos 694 registros de batismo, sistematizamos as informações em uma tabela no programa Excel; e logo criamos colunas a partir dos dados coletados, tais como: nome do batizando e sexo; nomes dos padrinhos e madrinhas, suas condições civis; datas de nascimento e batismo; proprietários, nomes, origens e condições dos pais; se as crianças eram filhos legítimos ou naturais e algumas observações. Analisando esses dados concluímos que, 47% dos batizados são do sexo feminino e 53% são do sexo masculino. Em 3% dos registros não consta o nome do padrinho; 27,5% são padrinhos escravizados; forros/ libertos somam 1%, 68,5% dos padrinhos são livres. Em 4,5% dos registros não consta o nome das madrinhas, sobre o restante, 32% delas eram escravizadas; forras/libertas somavam 2,5%; em 61% dos registros as madrinhas eram livres. Com essas porcentagens podemos inferir que, a escolha dos padrinhos foi





claramente influenciada pelos senhores, de modo que, esse parentesco espiritual de homens (alguns coronéis e frades) e mulheres livres (geralmente esposas dos padrinhos), era utilizado tanto para obter segurança e proteção para os inocentes, quanto para manutenção de relações políticas, sociais e econômicas dos senhores.

## Referências

### Fontes

Catálogo Documental Para o Estudo da Escravidão em Uberaba.

[https://app.codiub.com.br/drive\\_root/arquivopublico/Livro%20-%20Catalogo%20Documental%20para%20Estudo%20da%20Escravidao/mobile/index.html](https://app.codiub.com.br/drive_root/arquivopublico/Livro%20-%20Catalogo%20Documental%20para%20Estudo%20da%20Escravidao/mobile/index.html) Acessado em 26/09/2023.

### Referências Bibliográficas

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: BASSANEZI, Maria Silvia. O historiador e suas fontes. São Paulo. Editora Contexto, 2009. P. 140 – 172.

FARINATTI, Luís Augusto. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. "Descobrimo" as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente produção historiográfica. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. v. 2, cap. 8, p. 215-238.

HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família Escrava no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. v. 2, cap. 3, p. 75-109.

PESSI, Bruno Stelmach. A família escrava e a reprodução endógena nos plantéis pelotenses na segunda metade do século XIX. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. "Descobrimo" as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção



historiográfica recente produção historiográfica. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. v. 2, cap. 9, p. 239-263.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Famílias em cativeiro: parentesco e estratégias sociais entre senhores e escravos na fronteira oeste do Rio Grande. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. "Descobrimo" as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente produção historiográfica. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. v. 2, cap. 7, p. 196-214.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. "Descobrimo" as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente produção historiográfica. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. v. 2, cap. 1, p. 13-40.



## Entre Glórias e Percalços: Brasil uma Nação

Rosemary Maria do Amaral

Universidade Federal de São João Del Rei

**Resumo:** O presente trabalho traz reflexões principalmente sobre o cenário político que se encontrava o Brasil no período em que realmente se formava uma fisionomia do futuro país. O período que envolve o final do século XVIII e meados do XIX tornou-se de grande importância, no sentido de decidir não só o sistema de governo do Brasil, mas também sua libertação do domínio português, a formação de elites políticas bem como a sucessão dessas elites no comando político, transformando o país de acordo com Basile em “laboratório da nação”, essa se torna a melhor elocução para definir esse período conturbado, cheio de vitórias e derrotas da história do Brasil.

### Referências

- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822-Dimensões. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo (org). O Brasil Imperial - Vol II - 1831 - 1889, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009
- JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/E. Unijuí, 2003.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. As classes sociais na construção do império do Brasil. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e historiografia no Brasil. Niterói: EdUFF, 2006, p. 71-85.



**Em Busca da Liberdade: os anúncios de fuga de trabalhadores escravizados no periódico Gazeta de Uberaba, década de 1880.**

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** Esta comunicação apresentará os resultados do projeto “Escravidão, trabalho e liberdade no sertão oeste de Minas Gerais, século XIX” (Edital 01/2018 Demanda Universal FAPEMIG). Ao longo da segunda metade do século XIX, a cidade de Uberaba foi estratégica para o comércio e a ligação entre as províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Com sua produção baseada na agropecuária e na distribuição de mercadorias de várias partes do Império, a exploração da mão de obra cativa de origem africana estava difundida na sociedade local. A região confirmava o apego da província mineira à escravidão até os momentos finais do cativo no país. A partir da década de 1870, a cidade era composta por três freguesias: Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (atual cidade de Campo Formoso); São Pedro do Uberabinha (atual cidade de Uberlândia) e a sede do município. Segundo os dados do Censo de 1872, Minas Gerais possuía aproximadamente 25% dos trabalhadores escravizados no país, ocupando o primeiro lugar. Em segundo estava a província do Rio de Janeiro (19%) e em terceiro lugar a província baiana (11%). Após o auge da mineração no século XVIII, o trabalho escravizado não só resistiu como se disseminou por todo território mineiro. As características de exploração do trabalho na pecuária proporcionaram aos cativos uma ampla mobilidade espacial, exercendo a maior parte das suas atividades longe dos olhos senhoriais. Tais condições poderiam facilitar a fuga e, conseqüentemente, aprimorar a divulgação das características dos fugitivos com detalhes sobre a descrição física, o seu modo de vestir, falar, as ferramentas e instrumentos levados. Para os trabalhadores escravizados que exerciam seu ofício somente na agricultura a mobilidade, apesar de existir, era menor se comparada com a dos peões e tropeiros. A partir dos anúncios de fuga publicados no periódico Gazeta de Uberaba na década de 1880, construiremos quadros para entender as fugas no sertão oeste mineiro, traçando o perfil dos fugitivos e assim participar do debate sobre os momentos finais do trabalho escravizado em Minas Gerais.

## Referências

Fonte:



Gazeta de Uberaba, 1879 -1888.

#### Referências:

BEZERRA NETO, José Maia. Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos na Amazônia brasileira (1840 – 1888). Teresina/PI: Cancioneiro, 2023.

FARINATTI, Luís Augusto. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

GOMES, Flávio S. Jogando a rede, revendo malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. Tempo, Rio de Janeiro, V.1, 1996. p. 67 – 93.

LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho em um economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.

MEDRADO, Joana. Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880 – 1900. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

REIS, Liana M. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias no cotidiano escravista mineiro. Caderno de História. V.1,nº 1 outubro/1995, p. 16 – 24.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.



**Jogos de Manutenção do Poder da Elite Abolicionista do Século XIX: Estudo de Caso de Joaquim Nabuco e os abolicionistas do Parlamento.**

**Letícia de Oliveira Santos**

Universidade Federal do Amazonas

**Resumo:** Historiador, abolicionista, jornalista e diplomata, Joaquim Nabuco foi imortalizado como um dos clássicos "heróis" da historiografia brasileira nos últimos dois séculos, assim como outras figuras da História do Brasil, como D. Pedro I, a princesa Isabel e até Tiradentes. No entanto, diferente dos anteriores, parece existir uma canonização em torno de Nabuco que o impede de ser questionado sobre suas condutas e obras, que mesmo repletas de opiniões de cunho colonizador e racista, parecem ser imunes a críticas de historiadores famosos por ele ter sido colocado na posição de "salvador branco" consciente de seus privilégios e que se consagrou no país como um dos principais defensores do fim da escravidão. Através de um projeto de pesquisa a respeito da elite abolicionista da segunda metade do século XIX, uma investigação foi realizada em torno de homens como Joaquim Nabuco — brancos, de famílias tradicionalmente ricas e envolvidas na política —, e algumas considerações foram feitas a respeito do jogo de poder entre a classe política e o interesse dos liberais na libertação dos escravos. Homens esses, como Nabuco, tinham não apenas interesse na autopromoção política através de pautas como a abolição, mas também estavam empenhados em preservar as próprias riquezas e terras através da negociação com a classe trabalhadora do Brasil — que era a maioria escrava. Para manter o poder concentrado na mão deles, Nabuco e os outros homens da elite acharam melhor negociar do que perder tudo de uma vez, e por isso, a luta pela abolição se manteve tão ferrenha dentro do Parlamento. Sendo assim, a comunicação no geral baseia-se na discussão sobre a disputa de poder que o Brasil oitocentista viveu em seus últimos anos, nesse jogo em que abolicionistas políticos e os escravos jogaram como forma de manter a "ordem" na sociedade enquanto a Lei Áurea preparava-se para ser assinada.

### Referências

AZEVEDO, Celia Maria. Quem precisa de São Nabuco? Estudos afro-asiáticos, ano 23, nº 1, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tmvr9mxj56vwWZD4f7mQ3DJ/>



MELLO, Evaldo Cabral de (2000). "Reler O Abolicionismo". Folha de S. Paulo, Caderno "Mais", 27/2, p. 18.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global Editora, 2006.

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONRAD, Robert. Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

NABUCO, Joaquim. Minha Formação. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NABUCO, Joaquim. Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. (2000), "Saudade do Escravo". Folha de S. Paulo, Caderno "Mais", 2/4, p. 21.



## **A Instituição escravista na Corte Imperial: Entre discursos e escritos alencarianos**

**Lara de Sousa Lutife**

Universidade Estadual do Ceará

**Resumo:** O presente estudo, desenvolve análise acerca da escravidão no Brasil oitocentista, a partir da produção do escritor, político e crítico literário José de Alencar (1829-1877). A pesquisa tem por objetivo, perceber como o autor se posicionou acerca da questão escrava no ambiente da Corte, onde, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, as discussões em torno da abolição cresceram exponencialmente. Considera-se nessa investigação, o amplo movimento de debate e circulação de ideias entre os mais diversos grupos sociais daquele período, a exemplo, dos interesses da elite cafeeicultora na tentativa de frear o abolicionismo. Nessas condições, a fim de dar conta do que defendia Alencar a respeito da instituição escravista, são utilizadas, prioritariamente, fontes literárias, periódicos da época e discursos parlamentares, a exemplo da obra *O Demônio Familiar* (1857) e *Novas Cartas Políticas* de Erasmo (1867), além de periódicos como *Diário de Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*. Através desse material, são realizadas análises historiográficas que pretendem perceber de que maneira Alencar escreveu e tomou posição acerca da emancipação dos cativos, além disso de identificar como a sociedade de Corte estava imersa no trabalho escravo e qual lugar que este ocupava no conjunto de práticas letradas produzidas na época. A partir dos documentos mencionados, foi possível observar como a perspectiva de Alencar e de seus contemporâneos sobre a instituição escravista, variaram de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais dos envolvidos. Nessas condições, toma-se como referência a produção histórica, literária e da imprensa para analisar a posição alencariana frente a sociedade escravista, com o apoio teórico de autores como, José Murilo de Carvalho (2008); Lilia Schwarcz (1998); João Roberto Faria (2022) e Sandra Pesavento (2003).

### **Referências**

ALENCAR, José de. *O Demônio Familiar*. Rio de Janeiro, 1857.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial. Teatro de Sombras: A política imperial*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FARIA, João Roberto. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.





PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *History of Education Journal*, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. Letras, 1998.



## Conflitos e judicialização pela manutenção de liberdade de forros em Minas Gerais – século XIX

Vanda Lucia Praxedes

Universidade do Estado de Minas Gerais

**Resumo:** Este trabalho é parte da pesquisa sobre Práticas e tentativas de Reescravização de pessoas forras em Minas Gerais no século XIX e tem como objetivo analisar questões relativas as tentativas de reescravização de negros alforriados em Minas Gerais, a partir de diversas fontes, tais como: Inventários, testamentos, alforrias em testamentos e registradas em livro de Notas, compra e venda de escravizados e processos judiciais em geral, em diversos Arquivos mineiros e, nesse caso a Casa Borba Gato para a região de Sabará. Portanto, trata-se de uma pesquisa histórico-documental que utiliza diversas fontes primárias do século XIX, com a adoção de métodos apropriados para o trabalho de pesquisa e para o entendimento do complexo funcionamento do sistema escravista brasileiro. A ampliação dos horizontes da pesquisa histórica, o uso de tipos diversos de fontes, especialmente, os inventários, testamentos, processos criminais, livro de Notas, ações cíveis, dentre outros, tem tornado possível reinterpretar, rever, aspectos da vida e da organização sociocultural e atentar para as tentativas de reescravização de parte da população alforriadas em Minas Gerais encontradas nesse corpus documental. A pesquisa com essas fontes tem demonstrado a existência de tentativas de reescravização de crianças e de homens e mulheres gerando tensões, conflitos e disputas legais envolvendo senhores, alforriados e famílias com crianças livres. Dentre a documentação já coletada - testamentos, inventários e cartas de alforria no Arquivo da Casa Borba Gato - Sabará, destacamos a história dos herdeiros de Vicente Bezerra. Nesse sentido a história é lapidar - Maria Crioula e seus filhos, foram reescravizados e levados a leilão em praça pública na cidade de Sabará pelo tio das crianças, mesmo sendo público e notório que já tinham adquirido suas liberdades consignadas no testamento de Vicente Rodrigues Bezerra em 1815, o que ensejou uma disputa judicial entre os interessados. Essa história serve de pano de fundo para discutirmos a relação entre escravidão e liberdade, práticas cotidianas e a atuação da justiça na defesa ou não dos direitos das crianças, homens e mulheres e famílias forras em Minas Gerais que sofreram tentativas de reescravização. O episódio sumaria, em boa medida, as tensões e conflitos vividos pelos alforriados, evidenciando formas paradoxais de inserção social de parte das crianças e mulheres forras. Em particular, a inserção de crianças livres descendentes de escravizados. O ocorrido demonstra, ainda, as particularidades e a diversidade de experiências desses sujeitos sociais em uma sociedade escravista. Designadas como



mulatas, pardas, o que as remete a um passado comum, estas crianças, homens e mulheres, apresentavam diferenças marcantes no que se refere à sua posição na hierarquia socioeconômica local em relação à população branca.

## Referências

### FONTES MANUSCRITAS

Museu do Ouro – Arquivo Casa Borba Gato – Sabará/MG – MOACBG

- MO, CSO (14)11, Inventários, Testamentos
- MO, Livro de Notas do Cartório 1o Ofício – CPON, séc. XIX, 1800-1821, livro 1.
- MO, livro 1 - ORF 172, Livro de Provimentos de Órfãos.

### FONTES IMPRESSAS

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D'El Rey D. Philippe. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

PONA, A.P. Orphanologia Prática, em que se descreve tudo o que se respeita os inventários, partilhas e mais dependências dos pupilos. Lisboa: Oficina de Joseph Lopes Ferreira, 1713.

### REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Carlos de; CARMIGNANI, Maria Cristina da Silva. A organização judiciária no Brasil colônia. Revista UNIFIEO, ano II, n. 3, junho, 2000, p. 35-42.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais, no século XIX. São Paulo: USP, 1994 (Dissertação, Mestrado).

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais – São João del Rei (séc. XVIII e 1a metade do século XIX). Anais de Resumos e CDRoom do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, ABEP, 2000.

CHALITA, Gabriel. A evolução do conceito de justiça. Revista UNIFIEO, ano II, n. 3, junho, 2000, p. 19-28.



FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. "A mulher africana: alforria e formas de sobrevivência – séculos XVII e XIX. Projeto de Pesquisa do Centro de Estudos Afro-asiáticos, Niterói: 1999.

FIGUEIREDO, Luciano R. de. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998. 2 ed. 2001.

PAIVA, Eduardo F. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

\_\_\_\_\_. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. Revista de História, USP, São Paulo, n. 133, 1995.

\_\_\_\_\_. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

PRIORE, Mary Del. (org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da História) 4ª ed. 1996.

\_\_\_\_\_. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

\_\_\_\_\_. (org.). História das mulheres no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001

PRAXEDES, Vanda Lúcia. Frutos da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais (1770-1840). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado).